

**POR UMA EDUCAÇÃO AFROCENTRADA NAS ESCOLAS
MARANHENSES: um projeto a partir do Instituto Estadual de
Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)**

Artur Salomão Dos Reis Silva Rodrigues ¹
Juliana Lima de Carvalho Madeira²

Pensando sob o olhar das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), partindo da Lei 10.639/03, que torna essencial o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do Brasil, desde o ensino fundamental até o ensino médio, algumas escolas no Maranhão já estão começando a pensar em projetos e Núcleos de pesquisa que visam integrar os estudos étnico raciais no currículo escolar para além das datas comemorativas, como o 13 de maio (dia da Abolição da escravidão) e 20 de novembro (dia da Consciência Negra, que agora está mais reconhecida e amparada pela lei 14.759/2023). Com base nisso, nesse trabalho falaremos sobre a criação dos “Núcleos Internos de Educação Antirracista e em Direitos Humanos” (NEADH), que é um projeto do governo do Estado do Maranhão, por meio do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) - autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e começou a ser pensado em 2024 e a ser implementado em 2025. O NEADH visa ensinar a história dos povos afro-brasileiros e valorizar a cultura étnico-racial, promovendo uma educação antirracista e crítica (Gomes, 2017). Com essa visão, podemos inferir que o Núcleo de estudo étnico-racial é indispensável, dado que tal promove a igualdade racial e inclusão, por meio de eventos, palestras, atividades culturais e materiais didáticos. Assim, a metodologia a ser utilizada nesse trabalho se dará através da análise do edital desse novo projeto escolar, além de entrevistas com o/a coordenador (a) responsável pelo Núcleo no IEMA da cidade de Santa Luzia do Paruá e observação participante no curso de formação em estudos sobre Direitos Humanos e Cultura Afro, que é oferecido para os professores responsáveis pela coordenação desse Núcleo. Esse trabalho tem como objetivo geral: explicar como o IEMA pretende implementar estudos acerca dos Direitos Humanos e das Relações Étnico Raciais no Ensino Médio, principalmente através da formação de educadores sobre a cultura africana e afro – brasileira, de forma que com tal conhecimento adquirido esses professores possam contribuir para a formação afrocentrada no ambiente escolar.

Palavras Chave: NEADH, IEMA, Relações Étnico Raciais.

¹ Aluno Secundarista pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), polo Santa Luzia do Paruá, cursando Técnico em Serviços Jurídicos. E-mail: arthurapd470@gmail.com.

² Professora de Sociologia da rede pública estadual do Maranhão. Mestra em Ciências Sociais (UFMA). E-mail: julia.limagd@gmail.com.



Introdução

O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) tem se consolidado como uma instituição de referência em ensino integral e técnico, pautada não apenas na formação acadêmica e profissional, mas também no compromisso com a inclusão e a valorização da diversidade. Nesse contexto, a criação do Núcleo Interno de Educação Antirracista e em Direitos Humanos (NEADH) representa um marco fundamental para o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à equidade racial e social. Inspirado na Lei 10.639/2003 e alinhado às Diretrizes da Educação Nacional, o NEADH busca inserir de forma efetiva no currículo escolar os estudos afrocentrados, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira, africana e indígena, e ampliando a formação cidadã dos estudantes. Assim, o projeto não se limita a datas comemorativas, mas se firma como espaço permanente de reflexão crítica, diálogo e ação, essencial para a construção de uma escola mais justa e democrática.

A metodologia aplicada no exercício deste artigo foi a observação de como esse projeto chegou ao IEMA Santa Luzia do Paruá e como ele começou a ser praticado, principalmente através da disciplina de História. Assim, a professora de Sociologia passou a participar de reuniões quinzenais do NEADH, que acontecem de forma online, através da plataforma Meet, além dos eventos que têm acontecido na escola referentes ao debate antirracista, anti homofóbico, buscando mais consciência social tanto aos estudantes quanto aos demais membros da comunidade escolar. Ainda mais, levando em consideração que já observamos vários casos de preconceito próximos e nem sempre são por parte dos estudantes.

Assim surgiu a ideia deste artigo, cujo objetivo geral consiste em compreender de que maneira o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) tem implementado os estudos voltados aos Direitos Humanos e às Relações Étnico-Raciais no ensino médio, a partir da criação e atuação do Núcleo Interno de Educação Antirracista e em Direitos Humanos (NEADH).

Nessa perspectiva, se pretendeu analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo no IEMA de Santa Luzia do Paruá; identificar os impactos dessas ações na formação crítica, cidadã e plural dos estudantes; avaliar os desafios enfrentados pelos



docentes na consolidação de uma prática educativa antirracista; e refletir sobre a relevância das políticas públicas educacionais que promovem a valorização da cultura afro-brasileira e o fortalecimento das identidades étnico-raciais no contexto escolar maranhense.

Primeiramente precisamos conhecer o que é o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, os Núcleos Internos de Educação Antirracista e em Direitos Humanos (NEADH) e como este está sendo implementado na rede IEMA.

1. O QUE É O IEMA E COMO SURTIU OS “NUCLEOS INTERNOS DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E EM DIREITOS HUMANOS” (NEADH)

O Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) é um conjunto de escolas atuando em tempo integral e visa fornecer aos estudantes o ensino integral de qualidade e cursos técnicos profissionalizantes em diversas áreas do saber, além disso a instituição não valoriza apenas o ensino, mas também a inclusão e a diversidade, temas de suma importância na sociedade atual. Ou seja,

o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) é uma autarquia estadual maranhense, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, que oferece ensino médio, técnico e superior, contemplando também, de forma não dissociada, o ensino, a pesquisa e a extensão, na área tecnológica e no âmbito da pesquisa aplicada. (site IEMA).

O IEMA surgiu no ano de 2015, pela Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015, com o intuito de ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio no estado. Essa lei reorganizou uma proposta educacional que já existia a partir de uma outra Instituição, a Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA), que havia sido criada pela Lei Estadual nº 7.934 de 14 de julho de 2003 e visava o ensino virtual em nível técnico, universitário e de educação continuada na modalidade de educação a distância (EAD). A UNIVIMA acabou e passou a existir apenas o sistema denominado “Rede IEMA”. Divididas em duas modalidades: IEMA Pleno 6 (escolas em tempo integral que incluem cursos técnicos) e IEMA Vocacional (escolas direcionadas a algum curso técnico e/ou superior). Atualmente existem um total de 84 unidades do IEMA: 55 unidades plenas, que oferecem Ensino Médio Técnico em Tempo Integral; 2 unidades bilíngues para Ensino Fundamental; e 27 unidades vocacionais, que oferecem cursos profissionalizantes



de FIC (Formação Inicial e Continuada). (site IEMA, acesso em 21/08/25).

Ademais, do ponto de vista pedagógico, o IEMA é referência em diversos projetos como, por exemplo, o “*pink shirt day*” (dia da camisa rosa) tal qual visa combater o bullying no âmbito escolar, a Mostra Cultural de Ciências Humanas, que acontece sempre no mês de novembro para discutir sobre a consciência negra, feira de profissões, feira de Ciências da Natureza, dentre outras datas importantes. Nos dias de hoje, o IEMA segue na criação de projetos e núcleos internos a fim de levar à reflexão sobre temas cada vez mais frequentes na nossa vida social e política.

Acerca dos projetos e Planos de Ação presentes na programação da escola uma das maiores propostas é fornecer uma educação de qualidade, englobando a Educação de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Técnica (BT) – formação em um curso técnico. Atualmente são 5 cursos: Técnico em Registros de Saúde, Técnico em Informática, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Administração e Técnico em Farmácia.

Em ambas as formações, a participação e produção científica é muito incentivada, bem como uma programação que inclua dinâmicas e participação escolar sobre temas de grande debate nacional e internacional, onde aqui se inserem estudos sobre os Direitos Humanos, luta contra o preconceito, racismo, etnocentrismo, homofobia, trabalhos análogos à escravidão, dentre outros temas.

Nessa perspectiva, visando valorizar os Direitos Humanos e a educação antirracista, o IEMA criou o Núcleo interno de Educação Antirracista e em Direitos Humanos (NEADH). O NEADH é um projeto que envolve a participação de um representante de cada unidade do IEMA no estado, visando a formação de tais e a implementação de ensinamentos extras de suma importância na vida dos estudantes e que ajudam na valorização da cultura afro-brasileira. Em adição, o NEADH já tem impactado algumas unidades plenas, haja vista que professores, em seus horários de aula, começaram a discutir com seus alunos sobre temas que não têm visibilidade na sociedade atual. Desse modo, ao se formarem, espera-se que os alunos possam sair da escola com a capacidade de identificar e questionar a importância dos Direitos Humanos em sua formação cidadã, crescendo como um indivíduo antipreconceitos.

2. Metodologia



A metodologia desenvolvida para a aplicação do NEADH está pautada em observações que a professora de sociologia fez durante os encontros quinzenais que acontecem de forma online com todos os coordenadores de cada IEMA Pleno (IP).

No IEMA Santa Luzia do Paruá, a responsável é a professora de história, que nos concedeu uma entrevista, explicando sobre o Núcleo e suas atividades. Ela explicou que esse Núcleo pretende acrescentar uma formação complementar à escola, a partir de informações e materiais que visem a valorização e o aprendizado dos direitos humanos e da educação antirracista. Assim, toda a escola deve ser envolvida no projeto, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como a Base Técnica (professores dos cursos técnicos).

Desse modo, os professores devem agregar a suas aulas metodologias ativas pautadas nos Direitos Humanos trabalhadas, dentro de suas respectivas formações, podendo ser: a utilização de filmes, obras literárias, músicas e produções artísticas. A partir desses recursos, são promovidos espaços de diálogo, reflexão e debate, nos quais os estudantes são incentivados a questionar estereótipos, desconstruir preconceitos e desenvolver uma consciência crítica acerca das relações sociais. Tais métodos, ajudam, por consequência, a formação de indivíduos prontos para lidarem e denunciarem os empecilhos invisíveis, por parte da sociedade, que existem no Brasil. Paulo Freire (1996) já destacava que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nesse sentido, práticas pedagógicas voltadas à educação em direitos humanos e antirracista ampliam o horizonte crítico dos estudantes e permitem que eles se tornem agentes de transformação.

Além disso, a educação antirracista e em direitos humanos fomenta não apenas a inserção crítica dos estudantes na sociedade, mas também sua capacidade de idealizar e executar projetos transformadores. Tais iniciativas, quando orientadas para a promoção da dignidade, do respeito e da equidade, refletem em impactos concretos na comunidade escolar e no território em que esses jovens estão inseridos.

Outrossim, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, reforça a necessidade de práticas educacionais voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. Como aponta Gomes (2005), “a escola tem papel fundamental na desconstrução do racismo, pois ela tanto pode reproduzi-lo quanto pode



criar possibilidades para sua superação”. Partindo desse ponto de vista, pode-se ver o quanto o NEADH impacta na vida de diversos estudantes.

Os resultados da aplicação do NEADH revelaram que a inserção de metodologias voltadas à educação antirracista e em direitos humanos promoveu maior abertura à discussões e debates dentro da comunidade escolar. A experiência mostrou que, quando os professores assumem uma postura crítica e comprometida, os estudantes se sentem mais motivados a participar das aulas e a refletir sobre as desigualdades sociais, fazendo assim os mesmos a entenderem melhor como funcionam os direitos humanos. Isso confirma o que Candau (2008) aponta ao defender que a educação em direitos humanos deve ser entendida como *“um processo permanente de construção de subjetividades, pautado pela dignidade e pela justiça”*. Nesse contexto, observou-se que os alunos não apenas ampliaram sua compreensão sobre racismo estrutural, mas também passaram a desenvolver maior empatia e respeito pela diversidade.

Outro aspecto relevante identificado foi a criação de espaços de escuta e valorização das experiências dos próprios estudantes, sobretudo aqueles que sofrem discriminação no cotidiano. Como lembra Munanga (2005): “a escola não pode ser neutra diante do racismo, pois o silêncio também é uma forma de cumplicidade”. Essa perspectiva ficou evidente no NEADH, uma vez que muitos alunos relataram sentir-se reconhecidos e representados ao verem sua cultura e história discutidas em sala de aula. Ademais eventos e datas importantes como o 13 de maio (dia da Abolição das pessoas escravizadas) e 20 de novembro (dia da Consciência Negra, que agora está mais reconhecida e amparada pela lei 14.759/2023), passaram a ser mais discutidas nas escolas.

Assim, a prática pedagógica se mostrou essencial para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva. Entretanto, alguns desafios ainda foram constatados, como a necessidade de maior apoio institucional e formação continuada de professores para lidar com situações de preconceito racial em sala de aula. De acordo com Cavalleiro (2000), “o racismo escolar é um dos principais obstáculos para a efetivação de uma educação igualitária”, o que reforça a importância de políticas públicas que sustentem práticas como as do NEADH.

Apesar dessas limitações, os resultados evidenciam que a valorização da diversidade cultural e a educação antirracista são caminhos concretos para formar sujeitos críticos, preparados para enfrentar as desigualdades e contribuir para uma sociedade mais



justa.

3. O Núcleo e suas atividades na prática

Em pouco tempo de inserção no IEMA SLP, o NEADH indica avanços significativos na percepção dos estudantes sobre direitos, diversidade e justiça social. Observou-se que, mesmo em etapas iniciais, muitos alunos demonstraram maior consciência sobre desigualdades raciais e sociais, sendo capazes de reconhecer situações de discriminação e refletir sobre formas de enfrentamento. Como afirma Nóvoa (2009), “a educação transforma-se quando permite aos estudantes reconhecerem sua posição no mundo e a responsabilidade que têm sobre ele”, evidenciando que os primeiros efeitos do NEADH já apontam para a formação de sujeitos mais críticos e engajados.

Outro resultado relevante foi o impacto no ambiente escolar e na interação entre os estudantes. Percebeu-se uma maior valorização do respeito às diferenças e uma postura mais colaborativa em discussões e atividades cotidianas. Segundo Haddad (2013), “a escola não apenas transmite conhecimento, mas também contribui para a construção de valores sociais e éticos fundamentais para a convivência coletiva”. Essa mudança gradual na percepção e comportamento dos alunos indica que a inserção de conteúdos sobre direitos humanos e antirracismo, mesmo de forma parcial, favorece a formação de cidadãos mais conscientes e socialmente responsáveis.

Ainda que parciais, esses resultados sugerem que o NEADH tem potencial para gerar impactos duradouros e a longo prazo estimular os estudantes com atitudes de: empatia, justiça e respeito à diversidade. Conforme Lopes (2011), “o reconhecimento das desigualdades e a capacidade de agir diante delas constituem marcos essenciais para a consolidação de uma cidadania ativa”, reforçando que iniciativas educacionais como esta podem contribuir para uma sociedade mais justa e menos permeada por preconceitos invisíveis.

A implementação do NEADH no IEMA evidencia a relevância de uma educação comprometida com os direitos humanos e a superação das desigualdades raciais. Os resultados iniciais apontam para avanços significativos na conscientização dos estudantes sobre a importância da diversidade, do respeito e da justiça social, além de fortalecerem o sentimento de pertencimento e representatividade entre aqueles historicamente marginalizados.



Apesar dos desafios, como a necessidade de maior apoio institucional e de formação continuada para os docentes, o núcleo se mostra como um instrumento indispensável para consolidar uma prática educativa antirracista e transformadora. Desse modo, o NEADH se configura não apenas como uma iniciativa pedagógica, mas como um compromisso ético e político do IEMA com a construção de uma sociedade mais igualitária e plural.

Em síntese, a atuação do NEADH no IEMA Santa Luzia do Paruá demonstra que a escola pode e deve ser um espaço de promoção dos direitos humanos, de enfrentamento ao racismo e de valorização da diversidade cultural. Através de ações pedagógicas articuladas, o núcleo possibilitou que o ambiente escolar se tornasse um local de diálogo e acolhimento, no qual diferentes identidades e trajetórias são respeitadas e reconhecidas. Essa transformação do espaço escolar reafirma o papel da educação como instrumento de emancipação e de construção de uma cidadania ativa e consciente.

Além disso, observa-se que o NEADH contribui significativamente para o fortalecimento da autonomia dos estudantes, incentivando-os a participar ativamente de projetos e discussões que impactam sua própria realidade. Ao se tornarem protagonistas do processo educativo, esses jovens passam a desenvolver senso crítico e responsabilidade social, compreendendo que o combate às desigualdades não é apenas uma pauta institucional, mas um dever coletivo. Essa mudança de postura demonstra o poder da educação em despertar nos alunos o desejo de agir e transformar o meio em que vivem.

No entanto, é fundamental reconhecer que o sucesso das ações desenvolvidas pelo núcleo depende de um apoio contínuo da gestão escolar e dos órgãos institucionais. Investimentos em formação docente, ampliação de recursos didáticos e fortalecimento das parcerias interinstitucionais são medidas essenciais para garantir a permanência e a efetividade das práticas do NEADH. O comprometimento de toda a comunidade escolar gestores, professores, alunos e famílias é indispensável para que a educação em direitos humanos e antirracista não se restrinja a projetos pontuais, mas se consolide como eixo estruturante da prática educativa.

4. Conclusão



Por fim, conclui-se que o NEADH representa mais do que um espaço de discussão: ele simboliza a resistência e a esperança de uma educação transformadora, que reconhece a dignidade humana como valor supremo. Ao promover o respeito à diversidade e à equidade racial, o núcleo reafirma o compromisso do IEMA com uma formação integral, crítica e cidadã. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelo NEADH serve como inspiração para outras instituições educacionais, que podem encontrar, em sua metodologia e resultados, caminhos concretos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e inclusiva.

Dessa forma, o NEADH consolida-se como um símbolo de resistência, transformação e compromisso social dentro do ambiente educacional. Seu impacto vai além da sala de aula, alcançando a formação integral dos estudantes e despertando neles a consciência de que o conhecimento é uma poderosa ferramenta de libertação. Ao promover uma educação antirracista e baseada nos direitos humanos, o núcleo contribui para a quebra de paradigmas enraizados na sociedade brasileira, estimulando a construção de novas perspectivas pautadas na igualdade, na justiça e no respeito à diversidade. Essa iniciativa representa um passo concreto rumo à superação das desigualdades estruturais e à valorização da pluralidade cultural que compõe o país.

Mais do que um projeto pedagógico, o NEADH é um movimento de transformação humana, que inspira educadores e alunos a enxergarem a escola como espaço de luta, diálogo e esperança. Seu trabalho evidencia que a verdadeira mudança social nasce da educação comprometida com o coletivo e com a dignidade de cada indivíduo. Portanto, o legado do núcleo não se limita ao presente, ele se projeta para o futuro, na formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados em construir um Brasil que reconhece a diferença como potência e a justiça como princípio fundamental de convivência.

5. Referências

BRASIL. Lei nº 10.385, de 21 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a criação do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino



a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HADDAD, Sérgio. **Educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. **Site institucional**. Disponível em: <https://www.iema.ma.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2025.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e identidade: o que há de novo?** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

